

PSICOLOGIA JURÍDICA

OBJETIVOS: O grande objetivo da Psicologia Jurídica é de servir como ferramenta de estudo dos comportamentos complexos que ocorreram e que podem vir a ocorrer, tendo como função de analisar e descobrir o motivo das desordens mentais ou comportamentais, que determinam um processo justo nos Tribunais. A função da Psicologia não pode ser vista apenas como Produção de Laudos, mas para servir de base inicial de entendimento dos profissionais do Direito em reconhecer que as leis não são suficientes para responder à complexidade das relações humanas, mas busca também o bemestar das pessoas, atuando onde se faz necessário a inter-relação entre Direito e Psicologia.

EMENTA: Estudar a Psicologia enquanto ciência e suas interfaces com o Direito. A Psicologia Jurídica à luz do Direito e da Lei. A Psicologia Jurídica como ferramenta de trabalho inter e transdisciplinar, a serviço da mediação entre o indivíduo, seus conflitos e as relações e instituições jurídicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GONÇALVES, Hebe Signorini. Psicologia jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 2008.

PINHEIRO, Carla. Psicologia Jurídica. São Paulo: 2013. (coleção direito vivo).

TRINDADE, Jorge. Manual de Psicologia Jurídica para Operadores do Direito. São Paulo: Livraria do Advogado, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BOCK, Ana Mercês Bahia. Psicologias: uma introdução ao Estudo de Psicologia. 13ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

BRITO, Leila Maria Torraca (Org.). Temas de psicologia jurídica. 4ª ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: UERJ, 2005.

LOPES, E. Mira Y. Manual de Psicologia Jurídica. São Paulo: LZN, 2005.

RIGONATTI, Sergio Paulo. Temas em Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica. São Paulo: Vetor, 2003.

SERAFIM, Antonio de Pádua (org.). Temas de Psiquiatria Forense e Psicologia Jurídica II. São Paulo: Vetor, 2006.

“Educação Superior priorizando a prática profissional, a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável”.